



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

MENSAGEM 65/83

Curitiba, 08 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do nº 3 do parágrafo único do art. 26 e arts. 57 e 58 da Carta Estadual.

Cumprindo determinação contida no parágrafo único do art. 96 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, estabeleceu normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual, fixando o prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua publicação, para os Estados adaptarem-se aos preceitos da Lei. No Paraná esse prazo não foi observado e, embora em julho do ano passado houvesse a Procuradoria-Geral de Justiça apresentado estudo propondo o encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo, nada foi feito. Mas o governo estadual empossado em 15 de março último, entendendo o papel relevante do Ministério Público, pretende dotá-lo imediatamente de uma estrutura que o transforme num órgão independente, capaz de realizar a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade.

Para tanto e visando ao cumprimento da determinação da Lei Complementar Federal, é proposta a emenda constitucional em apenso, com a seguinte justificativa:

1 — Artigo 26, parágrafo único, nº 3

A atual redação trata do "Estatuto do Ministério Público", enquanto que a proposta, mais abrangente e condizente com as normas federais, refere-se à "Lei Orgânica do Ministério Público", compreendendo, assim, não só as disposições estatutárias, como também a organização e atribuições da Instituição.

2 — Artigo 57

Dispõe o art. 57, caput que "o Ministério Público será organizado em carreira por lei estadual". Nada mais. Entretanto, a importância do Ministério Público está a exigir, como já fez a Lei Complementar nº 40/81, seja constitucionalmente conceituado. Daí afirmar-se ser instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, sendo organizado em carreira, de acordo com Lei Orgânica que observará os princípios ora propostos.

2.1 — O inciso I, transcrevendo regra do art. 45 da Lei Complementar nº 40/81, estabelece que o ingresso na carreira se fará no cargo inicial, mediante concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e com a participação de representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

2.2 — O inciso II assegura a irredutibilidade de vencimentos e, observada a regra federal (art. 17), reconhece a garantia da estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada ampla defesa.

2.3 — O inciso III dispõe que a remoção compulsória, prevista no art. 49 da Lei Complementar nº 40/81, será precedida de ampla defesa. E assim o faz porque, embora não prevista como pena, a medida representa, na verdade, uma sanção disciplinar. Para tanto, basta cotejo com o art. 42, inc. III, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que a aponta como pena disciplinar. Daí a necessidade de asseguramento de ampla defesa.

2.4 — O inciso IV trata dos critérios de promoção (Lei Complementar nº 40/81, art. 47), não só na primeira como

também para a segunda instância.

2.5 — O inciso V, repetindo salutar norma do atual Estatuto, assegura ao membro do Ministério Público permanecer em lista de promoção por merecimento, salvo decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público. E o inciso VI determina a compulsória promoção do membro do Ministério Público que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento. Essas duas garantias completam-se. De que serviria a permanência em lista se não se garantisse a obrigatória promoção após determinado número de listas? E de que valeria assegurar a promoção compulsória se não se garantisse a permanência em lista? De nada valeria, praticamente, uma garantia sem a outra.

2.6 — Os incisos VII, VIII e IX correspondem, respectivamente, aos arts. 16, 19 e 24, II, da Lei Complementar nº 40/81 (sujeição dos membros do Ministério Público a regime jurídico especial, assegurada independência no exercício de suas funções, foro competente para julgamento nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional, e vedação do exercício da advocacia privada).

2.7 — O inciso X dispõe que o Ministério Público prestará assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios. Essa norma traduz, a nível constitucional, uma atuação que a Instituição vem desenvolvendo, por ser inerente aos seus objetivos, permanentemente voltados para a defesa dos interesses sociais.

2.8 — O inciso XI assegura a revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual sempre que revistos os da magistratura. Trata-se de regra consagrada de tratamento há muito vigente, de dar-se ao Ministério Público iguais percentuais de aumentos de vencimentos e vantagens, como dispuseram, dentre outras, a Lei nº 7.696, de 5 de janeiro de 1983, que majorou, a partir de 1.º de janeiro, último, os vencimentos do funcionalismo do Estado, a es Leis nºs 7.442 e 7.443, de 29 de dezembro de 1980, e 7.546, de 12 de março de 1982, e os Decretos nºs 4.007 e 4.008, de 7 de agosto de 1981, e 4.910, de 12 de março de 1982, que dizem respeito a verba de representação para as duas classes. Nem se poderá acoirar de inconstitucional o preceito, pois não manda equipar vencimentos com os de qualquer outra classe, mas apenas trata de conceder igual percentual de aumento.

2.9 — O inciso XII regulamentando o parágrafo único do art. 43 e o art. 44 da Lei Complementar nº 40/81, relativo aos proventos do aposentado e à pensão por morte, devida aos dependentes de membros do Ministério Público, dispõe que serão reajustados sempre que se verificarem os aumentos de vencimentos concedidos aos membros do Ministério Público em atividade.

2.10 — O inciso XIII estabelece que a aposentadoria ocorrerá compulsoriamente, aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e voluntariamente aos trinta anos de serviço, sempre com vencimentos integrais. Regulamentou-se, assim, o art. 43 da Lei Complementar nº 40/81. No que se refere à aposentadoria voluntária, trata-se de regra já consagrada no atual Estatuto (art. 74, inciso III) e que, embora administrativamente negada no governo passado, vem sendo reiteradamente afirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por seu órgão máximo (Mandado de Segurança nº 8/78, acórdão unânime de 10 de novembro de 1978, relator o Senhor Desembargador Ronald Accioly; Mandado de Segurança nº 7/82, acórdão unânime de 16 de abril de 1982, relator o Senhor Desembargador Thomaz Pessoa; Mandado de Segurança nº 123/82, acórdão unânime de 25 de março de 1983, relator o Senhor Desembargador

Mário Lopes). Veja-se que a Lei Complementar nº 40/81, no art. 43, inciso III, possibilita que a Constituição e as leis estaduais fixem, para a aposentação do membro do Ministério Público, prazo diverso do normalmente verificado. Também os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, dentre outros, asseguram a jubilação do membro do Ministério Público aos trinta anos de serviço.

2.11 — Os incisos XIV e XV repetem normas dos arts. 4º e 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 40/81, referentes à autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária própria, e organização dos serviços administrativos com quadro próprio e cargos e remuneração que atendam às peculiaridades do Ministério Público.

3 — Artigo 58

Na redação proposta o art. 58 repete a disposição do art. 5º da Lei Complementar nº 40/81, que esclarece quais os órgãos integrantes da administração superior do Ministério Público.

3.1 — O § 1º regulamenta as regras dos arts. 6º e 8º da Lei Complementar nº 40/81, estabelecendo que o Procurador-Geral de Justiça será nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado, dentre os Procuradores de Justiça, porque a estes incumbem de acordo com o art. 14 dessa Lei, as funções específicas dos membros do Ministério Público na segunda instância.

3.2 — A vedação de o Procurador-Geral de Justiça concorrer ao quinto constitucional (§ 2º) visa a tornar mais efetiva a autonomia funcional do Ministério Público, princípio institucional consagrado pelo art. 2º da Lei Complementar nº 40/81.

3.3 — Os §§ 3º e 4º repetem normas do art. 9º, e parágrafos, da Lei Complementar nº 40/81 (constituição, atribuição e competência do Colégio de Procuradores de Justiça). Cumpre observar que o Colégio hoje é composto por apenas vinte e seis Procuradores, mas nada obsta que a Constituição preveja solução (apontada pela Lei Complementar) para a hipótese de vir a ultrapassar a quarenta o número de Procuradores de Justiça. Já prevista a solução, desnecessária será, mais adiante, nova reforma constitucional.

Essas garantias e princípios são imprescindíveis na luta contra injustiças e ilegalidades. Incumbido ao Ministério Público o restabelecimento da ordem jurídica, independentemente do prestígio de quem a tenha transgredido, é de todo indispensável cercar seus integrantes de um mínimo de garantias que os tornem aptos a exercer suas funções, sem temor de represálias, em busca da restauração do ordenamento jurídico violado. Desencadeando a persecução penal contra humildes ou poderosos, defendendo os direitos de órfãos, interditos ou trabalhadores, o Ministério Público resguarda, sempre, os interesses maiores da sociedade. E sem garantias, sem autonomia funcional, seus integrantes ficam sujeitos a perseguições e pressões de toda ordem, situação essa inconcebível em uma sociedade verdadeiramente democrática.

Certo de que a proposição ora submetida à alta apreciação desse Egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA e seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único — O nº 3 do parágrafo único do art. 26 e os artigos 57 e 58 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 —

Parágrafo único —

3 — A Lei Orgânica do Ministério Público;

.....”

“Art. 57 — O Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, e será organizado em carreira, de acordo com Lei Orgânica, observados os seguintes princípios:

I — ingresso no cargo inicial mediante concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, composta de membros indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, com a participação de representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

II — garantias de irredutibilidade de vencimentos, de inamovibilidade, ressalvado o disposto no inciso seguinte, e de estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada ampla defesa;

III — remoção compulsória para igual entrância, somente com fundamento em conveniência do serviço, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público e assegurada ampla defesa;

IV — promoção de entrância para entrância, segundo os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, observando-se os mesmos critérios para promoção à segunda instância;

V — o membro do Ministério Público que houver figurado em lista anterior de promoção por merecimento só poderá ser excluído da seguinte se em votação preliminar o Conselho Superior do Ministério Público assim o decidir pela maioria absoluta de seus membros;

VI — promoção compulsória quando o membro do Ministério Público figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

VII — os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam de independência no exercício de suas funções;

VIII — os membros do Ministério Público serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e no de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional;

IX — proibição do exercício da advocacia;

X — prestação de assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios;

XI — revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os da Magistratura;

XII — proventos de aposentadoria e pensão por morte, devida aos dependentes de membro do Ministério Público, reajustados sempre que se verificarem os aumentos de vencimentos concedidos aos membros do Ministério Público em atividade;

XIII — aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, ou por invalidez comprovada, e voluntária aos trinta anos de serviço, sempre com vencimentos integrais;

XIV — autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria;

XV — serviço administrativo com quadro próprio e cargos e remuneração que atendam às peculiaridades do Ministério Público.”

“Art. 58 — A administração superior do Ministério Público competirá, na forma da lei, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Colégio de Procuradores de Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público.

§ 1º — O Procurador-Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado em comissão, pelo Governador do Estado,

dentre os Procuradores de Justiça.

§ 2º — Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador-Geral de Justiça concorrer à vaga de que trata o art. 96.

§ 3º — O Colégio de Procuradores de Justiça compor-se-á de todos os Procuradores de Justiça, definindo a Lei Orgânica do Ministério Público sua atribuição e competência.

§ 4º — Excedendo de quarenta o número de Procuradores de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, funcionará com Órgão Especial, cujo número de componentes a lei fixará. Metade do Órgão Especial será integrado pelos Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e a outra metade será eleita pelos demais Procuradores”.
